



Relato Policial

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA NO BAIRRO RESTINGA BREVE ANÁLISE

Carmen Isabel Andreola*

O objetivo da análise é mostrar, através das ações de polícia desenvolvidas pela 2ª Cia de Polícia Militar do 21ºBPM, no bairro Restinga, que, apesar de desenvolver significativo trabalho comunitário, suas ações de repressão ao crime seguem os padrões dos demais Batalhões de Polícia, ou seja, atuações fragmentadas e individualizadas, que pouco contribuem para a melhoria das condições de segurança daquela comunidade. É preciso mudar esse quadro.

A 2ª Companhia de Polícia Militar pertence ao 21º Batalhão Polícia Militar e sua área de atuação é basicamente o bairro Restinga.

O bairro Restinga iniciou sua povoação em meados dos anos 1970 a partir de loteamentos planejados pelo Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB). A Prefeitura de Porto Alegre, através do DEM HAB, implementou políticas de remoção de favelas espalhadas pela cidade e transferiu seus habitantes para a Restinga, localizada à cerca d 22 Km de Porto Alegre. A paisagem caracteriza-se pela presença de cavalos, carros de boi e pelas figueiras preservadas pelos moradores que dão ao local uma impressão de zona rural, muito embora em sua avenida principal ocorram acidentes e atropelamentos como em qualquer outro bairro da cidade.

Hoje, o bairro Restinga é um dos mais populosos da cidade, apresenta grande vulnerabilidade social. Está entre os bairros onde ocorrem o maior número de homicídios. A ambivalência das políticas de urbanização dividiu a Restinga em duas áreas: a Nova e a Velha, separadas pela avenida principal do bairro.

O espaço denominado Restinga Nova, é relativamente estruturado, possui ruas calçadas, rede de água e esgotos, iluminação e apresenta problemas de segurança comuns a um bairro de periferia. Já na Restinga Velha, a infra-estrutura é muito precária, pois a maioria dos loteamentos são invadidos. A principal característica deste lado do bairro é a intensa atividade de grupos que compram e estocam drogas. A população envolvida nessa atividade é composta principalmente por jovens entre 10

* Oficial da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

e 24 anos de idade, que se submetem a esse tipo de atividade por absoluta falta de opções e oportunidades. Esses grupos controlam seus territórios porque estão fortemente armados. Seus integrantes são da própria comunidade e, por isso, acabam sendo protegidos pela chamada Lei do Silêncio. A presença do Estado no local é quase inexistente e a comunidade acaba se apoiando mais nos traficantes do que no próprio Estado para a resolução de seus problemas.

O bairro possui uma territorialidade espacial e social marcada pela diferença e pelo estigma. A comunidade devido a esses fatores é organizada e luta por melhores condições de vida, criando mecanismos de proteção constituídos por cidadãos que trabalham com hip-hop, mídias alternativas, promotoras legais populares, enfim, atividades alternativas que contribuem para melhor ocupação do tempo e diminuição da violência no bairro. Todas essas iniciativas têm o apoio e participação dos integrantes da 2ª Cia do 21º BPM, seja em debates ou prestando segurança nos locais dos eventos. Da mesma forma, esteve sempre presente na construção de alternativas para a melhoria das condições de vida do bairro, tais como a manutenção do atendimento da unidade de saúde 24 Hs., pois a ULBRA (Universidade Luterana) que prestava esse atendimento, retirou suas equipes por discordar das condições de trabalho impostas pela prefeitura. Na ocasião, as associações de bairro, o 21º BPM, através da 2ª Cia, a polícia civil, o poder legislativo (representado por vereadores) e até o Poder judiciário (representado pela juíza) uniram-se e, num curto espaço de tempo conquistaram a permanência do atendimento 24 Hs., não com a ULBRA, mas com o Hospital Moinhos de Vento.

O que se quer mostrar com esse exemplo é que a 2ª Cia do 21º BPM desenvolve seu trabalho promovendo ações conjuntas tanto com a comunidade quanto com os demais órgãos do Estado presentes na comunidade. No entanto, quanto às ações de repressão ao crime, a 2ª Cia sofre todas as limitações impostas pela conjuntura atual, e pouco ou nada contribui para a melhoria das condições de segurança desta comunidade.

Nesse sentido, a Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos – A Habitat 2 - (1996), ocorrida em Istambul (Turquia), foi a última promovida pela ONU que iniciou em 1990 uma Cúpula Mundial sobre a Infância , Cúpula da Terra (Rio 92), conferência sobre direitos humanos (Viena 93), Conferência sobre população e

desenvolvimento(Cairo 94), Cúpula Social Mundial(Copenhague 95) e a Conferência Mundial sobre Mulheres(Pequim 95). O evento tentou encontrar soluções para problemas de assentamentos humanos sustentáveis. Dentre os indicadores apontados está : - “A compreensão sociológica da função social da polícia no agregado urbano.”

A função social da polícia precisa ser ampliada. A sociedade reivindica uma ação mais decisiva no atendimento de suas necessidades básicas de segurança.

Para exemplificar, vejamos um atendimento realizado pela 2ª Cia, a captura de um foragido por porte ilegal de armas, na Restinga Velha. Ao analisar o histórico da ocorrência, não se pode deixar de fazer o seguinte questionamento: - a captura deste indivíduo melhorou as condições de segurança daquela comunidade? O indivíduo em questão tinha 17 anos, morava com a avó que por sua vez abrigava no casebre a neta com um filho de 07 anos. Nenhum dos moradores da casa tinha emprego. O sustento de todos era mantido por esse adolescente, que prestava serviços a um dos grupos de traficantes da vila. Em que pese a ação ilegal cometida pelo adolescente, porte ilegal de armas, a ação da polícia foi eficiente, mas não eficaz, na medida em que esse adolescente é substituído em sua função por outro, pois há recurso humano suficiente para este fim. Por outro lado, o grupo familiar ao qual o adolescente pertence, fica sem condições de suprir suas necessidades básicas, uma vez que o Estado é ausente. Verifica-se nesse exemplo também, a evidente desagregação familiar presente nessa e na maioria dos casebres da vila. Não há mais a presença do pai e da mãe. A avó abriga os filhos dos filhos e a cada geração, as oportunidades diminuem e as chances de exclusão aumentam.

Verifica-se também que a opção feita pelo adolescente visa tão somente a suprir as necessidades mínimas de sobrevivência do grupo familiar, a julgar pelas condições precárias de moradia em que vive.

Assim, verifica-se que mesmo desenvolvendo um forte trabalho comunitário no bairro Restinga, a 2ª Cia de Polícia Militar, no atendimento de ocorrências e repressão ao crime, segue os padrões adotados pelos demais batalhões.

A atividade policial, como é atualmente concebida, é relativamente nova, especialmente se levarmos em conta que o exercício do policiamento

ostensivo, planejado e executado pela Polícia Militar, ocorreu no final da década de 1960. A Polícia Militar ainda busca firmar-se no exercício desta atividade e, acima de tudo, necessita construir uma identidade própria e definir claramente suas funções.

É urgente a necessidade de mudança. As corporações precisam organizar e planejar estrategicamente suas práticas policiais. É preciso pensar em ações conjuntas com os demais órgãos do Estado, e que dão suporte à segurança pública. É preciso unificar condutas e informações para o enfrentamento da violência, com qualidade e eficácia, assim poderemos estar melhorando as condições de vida dessas comunidades.

Referências Bibliográficas

Gonçalves, Cleber J. S. *Violência urbana e a função social da polícia - Uma rediscussão sociológica necessária*. Revista *Unidade*, nº 3, p 46 a 56, Jul/ Set 1999. Dal Molin, Fábio – *Resumo da tese Redes sociais micropolíticas da juventude UFRGS – 2007*

Mattona, Cláudio e outros. *O custo da violência urbana tem relação com a eficiência da polícia?*. Revista *Unidade*. Nº 61- p.05 a 18 –nº Jan/abr 2007.

Guimarães, Luiz Antônio Brenner. *A prefeitura de Porto Alegre e a Segurança Urbana*. Pág 06 a 09. 2ª impressão. Nov de 2004